



Interpelação Oral

Passaram-se quase 15 anos desde o retorno à Pátria, o sector do jogo cresce em flecha, monopolizando o desenvolvimento económico e levando, indirectamente, ao aumento dos preços dos imóveis. Em Macau, a principal fonte de receitas do Governo é o sector do jogo, contudo, a população não consegue, efectivamente, tirar proveito dos resultados económicos. A decisão sobre a aplicação do erário público está apenas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, pessoas essas que se aproveitam da situação em proveito próprio, sem terem necessidade de responder perante a população.

Como as receitas fiscais são abundantes, a Secretária resolveu utilizar o seu poder para garantir os interesses de um grupo de pessoas especiais antes de deixar o cargo, criou mesmo um regime de compensação, confeccionado à medida para seu usufruto depois da saída do cargo, com o qual se vão despender vários milhões de patacas do erário público, em contradição com o regime a que estão sujeitos muitos outros trabalhadores de base da Função Pública. Quando estes se aposentam recebem apenas, e de uma só vez, o valor das contribuições do regime de previdência, não dispendo de mais nenhum meio de rendimento, mais, até perdem direitos adquiridos, nomeadamente, 2 100 patacas do subsídio de residência e 700 patacas por prémio de antiguidade. Ademais, tendo em conta os riscos dos investimentos no âmbito do regime de previdência, os trabalhadores até podem ficar sem nada e ter de continuar a lutar pela vida após a aposentação, o que só vai diminuir constantemente a sua qualidade de vida.

Entre os trabalhadores da Função Pública existem situações de trabalho igual para salário diferente, o que demonstra as diferenças existentes ao nível dos direitos e deveres, nomeadamente, no que respeita aos regimes de licença sem vencimento e de recontractação, afectando de um modo geral os resultados do trabalho do Governo da RAEM.



Pelo exposto, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM quer criar um regime compensatório para os titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos - que também são funcionários públicos - após a cessação de funções. Vai então criar um regime semelhante a este para todos os trabalhadores da Função Pública?
2. O Governo da RAEM salientou várias vezes que os trabalhadores dos serviços públicos que são abrangidos pelo Regime de Previdência Social não têm nenhuma ligação ao Governo após a aposentação, e que deixam de ter direito ao subsídio de residência e ao prémio de antiguidade. Ora, isto vai diminuir a sua qualidade de vida. O Governo deve permitir que estes trabalhadores continuem a receber os referidos subsídio e prémio, tal como se verifica com os trabalhadores abrangidos pelo regime de Aposentação e Sobrevivência. O Governo vai ponderar sobre isto?
3. Com vista a acabar com as situações de “trabalho igual salário diferente”, o Governo vai uniformizar os direitos e deveres de todos os trabalhadores da Função Pública?

8 de Maio de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Veng Chai